

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA REGIÃO SUDOESTE PARANAENSE: O CASO DOS MUNICÍPIOS DO VALE DO RIO CHOPIM

CHRISLEY ELAINE SANTOS COSTA¹, RONALDO AURÉLIO GIMENES GARCIA²

1 Introdução

A formação continuada de professores é um tema de grande importância na agenda educacional brasileira, especialmente em regiões que enfrentam dificuldades socioeconômicas e culturais distintas, como a região do sudoeste paranaense, onde a formação continuada enfrenta desafios específicos. Com uma economia predominantemente agrícola e um cenário educacional em desenvolvimento, os programas de capacitação precisam ser adaptados para refletir a realidade local. Segundo as orientações do Ministério da Educação, a formação continuada deve partir do princípio de “atender não só às necessidades do sistema de ensino, mas também às demandas dos professores que já estão atuando” (BRASIL, 2006).

Nas últimas décadas, o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Secretaria de Educação Básica (SEB) promoveram várias leis, decretos e programas para incentivar a formação continuada de professores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 (BRASIL, 1996) estabelece no inciso II, art. 67, que “os sistemas de ensino deverão promover aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim”.

Nesse sentido o referido projeto tem como ponto de partida as demandas abertas pela determinação da Meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), que tem como objetivo “formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino”(BRASIL, 2014, p.12).

¹ Acadêmica do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) Campus Realeza, contato: chrisley.costa@estudante.uffs.edu.br

² Docente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) campus Realeza, contato: ronaldo.garcia@uffs.edu.br

Considerando essas determinações previstas na legislação brasileira e suas decorrentes políticas educacionais, o que implica todos os municípios se ajustarem às suas diretrizes e metas. O presente projeto de pesquisa, envolvendo a formação continuada de professores, visa trazer informações e dados avaliando como tem sido os programas de formação continuada de sete municípios do sudoeste do Paraná.

2 Objetivos

O objetivo geral desta pesquisa buscou investigar a implantação da Meta 16 dos Planos Municipais de Educação (2015-2025) do Sudoeste do Paraná, suas práticas formativas, tendo em vista produzir conhecimento sobre as demandas e possibilidades de formação continuada de professores, em colaboração entre a UFFS e os municípios, buscando a melhoria da qualidade da educação.

3 Metodologia

A abordagem metodológica desta pesquisa é qualitativa, do tipo documental que emprega os recursos da Análise Textual Discursiva (ATD) proposta por Moraes e Galiazzi (2006). Uma vez que foca sua análise em dados produzidos, que consiste na realização de pesquisa documental com análise dos Planos Municipais de Educação (2015-2025), mais precisamente da Meta 16, documentos e registros sobre a formação continuada de professores realizada a partir de 2015. Estudos de aprofundamentos da bibliografia, da legislação vigente e das políticas públicas educacionais referentes ao conceito de formação continuada, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento) e do MEC (Ministério da Educação) constituem fontes desta pesquisa. Este estudo contou com a colaboração de sete municípios, são eles: Chopinzinho; Coronel Vívida; Itapejara D'Oeste; Bom Sucesso do Sul; Pato Branco; Vitorino; Mariópolis que compõem a microrregião do Vale do Chopin.

4 Resultados e Discussão

A pesquisa demonstrou que quase todos os municípios da região incorporaram a Meta 16 em seus respectivos Planos Municipais de Educação. Entretanto, houve variações no nível de detalhamento das estratégias adotadas para alcançar os objetivos relacionados à formação continuada de professores.

A respeito da incorporação da Meta 16 nos PMEs, dos 7 municípios analisados, apenas 6 incorporaram a Meta 16 em seus Planos Municipais de Educação. Entre as estratégias voltadas para alcançar a Meta 16, foi citada a referência ao Plano Nacional do Livro e Leitura, assim como a criação de um programa nacional destinado à disponibilização de recursos que facilitem o acesso dos docentes da rede pública a bens culturais. O objetivo dessas ações é contribuir para o enriquecimento do conhecimento e promover a valorização da cultura investigativa (BRASIL, 2015). Contudo, nenhum dos municípios analisados estabeleceu um plano de ação em seu projeto de formação continuada para promover a construção do conhecimento e a cultura da investigação.

Apenas 85,74% dos municípios referenciam em seus PMEs, “o estabelecimento de convênios com instituições públicas de ensino superior, na qual visa à oferta de cursos voltados à formação continuada dos profissionais da educação. Esses cursos deverão contemplar docentes e demais profissionais que atuam em todas as etapas e modalidades da educação básica” (BRASIL, 2015). Entretanto, não detalham no documento as intervenções para a execução deste. Essa disparidade reflete um desafio comum nas políticas públicas de educação, que seria a formalização das metas sem o devido planejamento para sua implementação.

Somente um dos municípios analisados não cita a Meta 16 diretamente em seu PME, porém, faz menção a formação continuada quando apresenta como estratégia o “desenvolvimento de ações focadas no alcance de metas estabelecidas para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que, se relacionam à Formação Continuada dos profissionais da Educação” e também quando refere-se a “Capacitação dos profissionais que atuam na área administrativa e área de apoio nas escolas da Rede Municipal de Ensino para que conheçam novas formas de buscar a informação, favorecendo a promoção da cultura de modo geral”(BRASIL, 2015). O que corrobora com Nóvoa (1995) quando esse argumenta que “a profissão docente não é construída de modo solitário e isolado, mas na coletividade dos professores e nos momentos de socialização de conhecimento e saberes dentro da escola”. Contudo, a ausência da Meta 16 nos Planos Municipais de Educação ou incorporação genérica,

sem diretrizes claras, limita o potencial impacto da Meta 16 na melhoria da qualidade da educação. Embora a intenção seja evidente, a falta de estratégias contundentes revela uma lacuna entre o ideal proposto pela política e a realidade prática nos municípios. Sem um planejamento adequado, a formação continuada corre o risco de se tornar apenas uma formalidade, sem trazer os benefícios esperados para os profissionais da educação.

5 Conclusão

A Meta 16 dos Planos Municipais de Educação no Sudoeste do Paraná demonstra uma intenção positiva de melhorar a qualidade da educação por meio da formação continuada de professores. No entanto, é necessário aprimorar as estratégias de implementação para alcançar plenamente esses objetivos. A formação continuada pode transformar a educação, desde que os municípios se dediquem não só à incorporação das metas, mas também à sua aplicação por meio de ações definidas e contínuas.

Referências Bibliográficas

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. O Plano Municipal de Educação: caderno de orientações. Brasília: MEC/SASE, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Rede nacional de formação continuada de professores de educação básica**. Brasília, DF: MEC/SEB, 2006. 208 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Rede/catalog_rede_06.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década**: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 23 dez. 1996.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 12, p. 117-128, 2006.

NÓVOA, Antonio. **Os professores e sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

XIV EDIÇÃO

JIC JORNADA DE
INICIAÇÃO CIENTÍFICA
E TECNOLÓGICA

14 a 16 de
outubro

EVENTO ON-LINE

UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL

Palavras-chave: Formação de professores, Meta 16 dos Planos Municipais de Educação, Educação municipal no sudoeste do paraná.

Nº de Registro no sistema Prisma: PES 2023-0334

Financiamento: Fundação Araucária.